

A historicidade do acontecimento jornalístico na perspectiva da história imediata

Roberto Anderson Dornelles¹
Bianca Elisa da Costa²

Resumo: O presente trabalho abordará a relação entre jornalismo e história. Partimos da hipótese de que a cobertura jornalística de grandes acontecimentos pode ser considerada como uma forma de *fazer história* (NORA, 1976). Nesse sentido, proporemos o debate teórico fundamentalmente subsidiado pela teoria do acontecimento (QUERÉ, 2005) que, tratado num plano social, tem reflexo direto na produção jornalística, sendo esta produção um potencial novo acontecimento, um “acontecimento jornalístico”, que, por sua vez, também possui reflexo direto no plano social. Em seguida, exporemos a relação do jornalismo com a história, defendendo que o jornalismo não é a-histórico e, sobretudo, pode ser considerado uma forma de produção histórica, partindo da perspectiva da história imediata (LACOUTURE, 2001).

Palavras-chave: Jornalismo. Acontecimento. Acontecimento jornalístico. História imediata.

Apresentação

O objetivo principal deste trabalho é pensar uma possível convergência entre o jornalismo e a história. A ideia

¹ Jornalista, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestrando em Comunicação e Informação (UFRGS).

² Jornalista, Mestre em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

principal é que, por meio da narrativa e da construção do acontecimento, o jornalismo apresente ou formule uma forma histórica de observar e de entender os acontecimentos. Nesse sentido, procuramos debater a relação do jornalismo com o acontecimento e o surgimento de um “acontecimento jornalístico”. Buscaremos, também, evidenciar a historicidade do jornalismo, relacionando-a com o conceito de história imediata.

Com esse propósito, iniciamos uma discussão no âmbito teórico, fundamentalmente subsidiado pela teoria do “acontecimento” que, tratado num plano social, tem reflexo direto na produção jornalística, sendo esta produção um potencial novo acontecimento, um “meta-acontecimento” ou um “acontecimento jornalístico”, que, por sua vez, também possui reflexo direto no plano social. Em seguida, debatemos a relação do jornalismo com a história, sinalizando que existem diferenças, mas também semelhanças, entre as duas áreas, sobretudo no que tange a questão da narrativa.

Defendemos que o jornalismo não é a-histórico e, sobretudo, pode ser considerado uma forma de produção histórica, tendo na perspectiva da história imediata a possibilidade de encontrar a forma de historicidade do jornalismo.

A proposta deste artigo se circunscreve na abertura de um diálogo profícuo da relação constituída por essas duas áreas de conhecimento. Consideramos importante esse di-

álogo, na perspectiva de que uma maior aproximação entre o jornalismo e a história poderá, ao contrário de circunscrever essas áreas, propor uma ampliação na busca de uma complementaridade pertinente a ambas as áreas.

Jornalismo e Acontecimento

No âmbito do acontecimento estudado na história, Peter Burke (1992) se remete à polêmica levantada, principalmente pela escola dos *Annales* contra a história positivista que privilegiava os acontecimentos como sendo o centro da construção histórica. No século XX, passou a ocorrer, principalmente na França, uma forte rejeição do que foi pejorativamente chamado de “história dos acontecimentos” (*histoire événementielle*). Os historiadores dos *Annales*, principalmente um de seus fundadores, Lucien Febvre, seguido por Fernand Braudel, passaram a privilegiar a história das estruturas, pois compreendiam os acontecimentos como “a superfície do oceano da história, significativos apenas por aquilo que podiam revelar das correntes mais profundas”. (BURKE, 1992, p.328). Nesse cenário, a tônica passou a ser uma espécie de disputa entre aqueles que, como Braudel, defendiam que os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos, e outros, que acreditavam que a função do historiador é apenas contar uma história.

De um lado os historiadores estruturais mostram que a narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado, que ela simplesmente é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até a experiência e os modos de pensar das pessoas comuns. [...] Por outro lado, os defensores da narrativa observaram que a análise das estruturas é estática e, assim, em certo sentido, não-histórica. (BURKE, 1992, p.330-331).

Durante um longo período, a história das estruturas prevaleceu em relação a qualquer história que pretendesse tratar de temas, diríamos, mais amenos, como o cotidiano ou a história de um pequeno vilarejo. No entanto, o autor destaca que esse tipo de história, embora tenha trazido ganhos para a prática historiográfica, passou a ser muito contestada:

A escrita da história foi imensamente enriquecida pela extensão do seu tema, e também pelo ideal da “história total”. Entretanto, muitos estudiosos atualmente consideram que a escrita da história também tem sido empobrecida pelo abandono da narrativa, estando em andamento uma busca por novas formas de narrativa que serão adequadas às novas histórias que os historiadores gostariam de contar. (BURKE, 1992, p.347).

A volta da narrativa na história implica a volta do acontecimento, mas, como assinalou Pierre Nora (1977), este seria “outro tipo de acontecimento”. Não aquele acontecimento efêmero que se remetia ao passado e sem dar conta

do presente, esse novo acontecimento, para Nora, poderá permitir uma história propriamente contemporânea. Esse tipo de acontecimento está, de acordo com o autor, diretamente ligado ao presente. “A história contemporânea viu morrer o acontecimento “natural” onde se podia idealmente mudar uma informação contra um fato da realidade; entramos no reino da inflação da tessitura das nossas existências quotidianas”. (NORA, 1977, p.254).

Sendo o presente o lugar temporal desse “outro tipo de acontecimento”, a história, segundo o autor, passaria a ser realizada por outros atores reunidos sob a assinatura dos *mass media*:

Era aos *mass media* que começava a pertencer o monopólio da história. A partir de agora, pertence-lhes. Nas nossas sociedades contemporâneas é através deles, e só através deles, que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos. (NORA, 1977, p.245).

Em seguida, Nora avalia que acontecimentos muito importantes podem vir a existir sem que deles se fale, fazendo com que o fato de que tenham existido não seja suficiente para os tornarem históricos. Segundo o autor, para que realmente haja acontecimento histórico, é preciso que ele seja conhecido, e é nesse ponto que a mídia de massa demarca a sua importância, ao revelar, ao tornar conhecido um determinado acontecimento. Para o autor, a relevância dos veículos de comunicação de massa pode ser com-

preendida pelo fato de que esses veículos podem dar a um discurso, a uma conferência, em suma, a um determinado fato, algo que tem o caráter de irreversível. As observações de Nora nos sugerem que os veículos de massa dão a materialidade necessária para que o acontecimento possa estar definitivamente gravado na história, para que se torne um acontecimento histórico.

Os *mass média* fizeram assim da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso. De modo algum porque, por definição, ele saía do vulgar; mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente a novidade, alimenta uma fome de acontecimentos. (NORA, 1977, p.248-249).

O autor reafirma essa ideia quando diz que, independentemente de o acontecimento ser político ou social, literário ou científico, local ou nacional, o seu lugar estará sempre inscrito nas páginas dos jornais. Para Nora, portanto, o acontecimento, descortinado pelos meios de comunicação de massa, é a ruptura que põe em dúvida o equilíbrio sobre qual a organização social se fundamenta.

Essa ideia parece ser compartilhada por Adriano Rodrigues, quando, ao tratar do acontecimento jornalístico, destaca que o acontecimento “é tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história” e, mais do que isso, constitui no discurso jornalístico, o referente do que se fala. É por isso, segundo ele, que uma das mais tradicionais regras da prá-

tica jornalística é afirmar que a opinião deve ser livre, mas que os fatos são soberanos, que dão a certeza de verdade.

É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das possibilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. [...] O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito vasto. (RODRIGUES, 1993, p.27).

Para o autor, muitos outros fatos que ocorrem por causas de fácil determinação não podem ser considerados acontecimentos jornalísticos, visto que este irrompe sem nexos e nem causas aparentes de fácil conhecimento, sendo por isso notável e, por consequência, digno de ser registrado na memória. Com isso, Rodrigues destaca que:

O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas, regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo do inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo. (RODRIGUES, 1993, p.29).

No entanto, Rodrigues afirma que não é apenas o fato notável e inesperado que se torna acontecimento, o próprio discurso jornalístico que se refere a esse acontecimento notável emerge como outro acontecimento, igualmente notável. Esse acontecimento que emerge do discurso jornalístico e que tem a função e a capacidade de dar notoriedade às coisas do mundo, das pessoas, das instituições, constitui para o autor algo que pode ser caracterizado como um meta-acontecimento.

Uma segunda categoria de acontecimentos veio, por isso, alastrar no mundo atual, uma espécie de acontecimentos segundos ou de meta-acontecimentos, provocados pela própria existência do discurso jornalístico. O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notabilidade, verdadeiro *deus ex-machina*, mundo da experiência autônomo das restantes experiências do mundo. (RODRIGUES, 1993, p.29).

Os meta-acontecimentos são, para o autor, acontecimentos discursivos, atualizações de enunciados pertencentes a vários regimes enunciativos que se encadeiam entre si segundo regras de encadeamento próprias. Para Rodrigues, essa formulação vai contra qualquer ideia que apresente o discurso jornalístico como uma mera representação da realidade das coisas, não sendo possível de ser analisado apenas na perspectiva de uma suposta adequação ou não adequação as coisas que ele representaria. Ao relatar um

acontecimento, Rodrigues afirma que os meios de comunicação, além do acontecimento relatado, imediatamente produzem o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo. Este novo acontecimento, para o autor, não é uma mera locução do acontecimento. Nesse caso o discurso jornalístico tem a capacidade e até mesmo a função de organizar a existência humana, conferindo-lhe uma coerência necessária para poder estabelecer-se enquanto sociedade, de acordo com o autor, o discurso pode:

[...] organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade. Fá-lo de maneira especular, refletindo e integrando num todo os fragmentos dispersos que é tecida a trama do presente. A esta prosa do presente confia o homem moderno a função remificadora de uma perspectiva unitária securizante perante a desintegração da identidade coletiva e de uma ordem identitária que lhe devolva uma imagem coerente do destino. (RODRIGUES, 1993, p.33).

Ao tratar das tipologias do acontecimento jornalístico, Berger e Tavares (2009), destacam, na mesma linha de Rodrigues, que há pelo menos dois tipos de acontecimentos que se desdobram em muitos outros. O acontecimento vivido no cotidiano (acontecimento social) e o acontecimento jornalístico. O primeiro diz respeito à emergência e as afetações do acontecimento na realidade tangível e em suas consequências cognitivas. O segundo, que tem lugar

nas reflexões dos estudos de jornalismo ou em textos que tomam o acontecer em sua representação midiática como objeto, diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento. De acordo com Berger e Tavares (2009), é impossível separar rigorosamente a reflexão sobre os dois acontecimentos.

Embasados em José Rebelo (2006), os autores afirmam que não são todas as ocorrências ou ações que se constituem como acontecimentos.

Para que seja um acontecimento, toda ocorrência, afirma Rebelo, alia-se a seu potencial de atualidade e pregnância. A atualidade relaciona-se à “produção” do acontecimento no nosso espaço e no nosso tempo. Já a pregnância, à capacidade de certa ocorrência provocar uma ruptura no nosso quadro de vida. [...] A perturbação em nosso quadro de vida a que faz referência o autor aponta para uma característica compartilhada em reflexões sociológicas e filosóficas sobre o acontecimento: sua ação de romper com a normalidade, com a ordem das coisas. “Impor” a um contexto temporal, mesmo que por um instante, uma ruptura. (BERGER E TAVARES, 2009, p.3).

De acordo com os autores esse momento de ruptura exige um processo que é o da busca de sentido pela explicação. Esse processo é construído pelas narrativas, que conforme os autores, citando Louis Quéré, mostraria a “capacidade hermenêutica do acontecimento”, ou seja, um po-

der de revelação, de dar sentido, interpretar o mundo e sua aparente normalidade.

Tal “revelação” operada pelo acontecimento é, no entanto, algo que, mesmo simultâneo à sua irrupção, lhe é posterior. Aquilo que acontece vai acionar uma cadeia de sentidos. [...] Na perspectiva de Louis Quéré (2005), a revelação do acontecimento dá ao que passou uma nova conotação, de “coisa” não explicada, que necessita de um sentido e, ao mesmo tempo, inaugura, nesse mesmo jogo, a possibilidade da existência daquilo que ele chama de “futuros possíveis”. [...] Reconhecer o acontecimento como acontecimento é encontrar os lugares em que se produzem discontinuidades. E aí ele tem poder de revelação, pois não só se produz no tempo como também dá o tempo a se ver. (BERGER E TAVARES, 2009, p.4).

Aguiar e Baroni (2009) revelam que na perspectiva de Quéré (2005) o acontecimento continua a ocorrer e a singularizar-se enquanto produzir efeitos sobre aqueles que sofrem os seus efeitos, que se colocam na ordem do sentido. Outro ponto interessante na perspectiva de Quéré, é que este autor diferencia o que seria um fato do que seria um acontecimento. Segundo a interpretação de Aguiar e Baroni, para Quéré o fato pode ter a propriedade de conter sentido ou valor para alguém, já o acontecimento se constitui no próprio sentido. “O acontecimento é ele próprio criador de realidade. O acontecimento instaura o novo, sendo descontínuo constitui-se como abertura de “novas

possibilidades interpretativas” nas dimensões passado, presente e futuro”. (AGUIAR E BARONI, 2009, p.142).

No nosso entendimento a diferenciação entre fato e acontecimento elaborada por Quéré se deve ao fato deste autor, conforme Benetti (2009), reservar ao acontecimento um lugar de destaque na construção da experiência humana:

O sujeito não é a medida do acontecimento. Do contrário, não haveria acontecimento possível, dotado de um poder de revelação e de um potencial de inteligibilidade: haveria apenas fatos revestidos *a posteriori* de um sentido que antes não possuíam. Não é assim que os acontecimentos se inscrevem na ordem dos sentidos: são os acontecimentos que projetam um sentido sobre as situações e reconfiguram as possibilidades, para sujeitos dotados de uma certa sensibilidade e de hábitos. O acontecimento proporciona uma transação e, a partir daí, dá lugar a uma experiência. (QUÉRÉ, 2005 *apud* BENETTI, 2009, p.6).³

Benetti (2009) destaca, assim como já haviam feito Berger e Tavares (2009), que o acontecimento jornalístico está inserido em uma ordem hermenêutica ou ordem dos sentidos de grande complexidade. Isso ocorre não apenas pelos procedimentos exigidos para que um fenômeno se transforme em acontecimento, mas também pelos quadros de referência que ajudam a legitimar os acontecimentos.

Em relação ao acontecimento jornalístico, Berger e Tavares (2009) ressaltam que todos esses acontecimentos

³ O grifo é de Quéré.

jornalísticos tem o ponto comum de serem “notáveis”. Com isso, a notoriedade dos acontecimentos jornalísticos seria a base para a produção noticiosa, podendo gerar a notícia ou mesmo tendo a possibilidade de serem gerados por ela. “Assim, os acontecimentos são transformados em notícia pelo sistema jornalístico, sendo a notícia, a unidade discursiva desse sistema”. (Berger e Tavares, p.5). No caso específico do jornalismo, esses autores destacam que alguns fatores atuam seletivamente na configuração do acontecimento que poderá vir a se tornar notícia: previsibilidade/imprevisibilidade; repercussão junto ao leitor; comunicabilidade; e atualidade.

Berger e Tavares (2009), também discutem as concepções de Mouillaud (2002) sugerindo que a reflexão deste autor apresenta dois aspectos importantes da complexidade do acontecimento jornalístico. O primeiro aspecto é a ideia de uma *construção social da realidade* promovida pelo jornalismo, o que implicaria em uma construção jornalística de acontecimento (ou de acontecimento como construção jornalística); o segundo aspecto assegura que é preciso pensar o acontecimento como algo ligado há um tempo social, a um contexto mais amplo que, quando mediado (pela mídia), assume graus distintos de visibilidade, de sentido e de importância.

A relação imbricada entre acontecimento vivido no cotidiano – que os autores passam a chamar de aconteci-

mento legítimo – e o acontecimento jornalístico é descrita da seguinte forma por Berger e Tavares:

Da cadeia de sentidos que um “acontecimento legítimo” faz emergir – seja por sua dimensão temporal, seja por sua dimensão cognitiva – é possível pensar uma certa “hermenêutica jornalística” tecida pela necessidade de falar sobre o que acontece no mundo [...] e pelo tensionamento provocado pelo acontecimento frente às próprias (e relativamente autônomas) lógicas jornalísticas existentes e formalizadas no cotidiano em suas práticas profissionais. Nessa tensão, o jornalismo dedica-se a reconhecer e recolher acontecimentos do mundo e, ao fazer isso, produz “acontecimentos jornalísticos”. Entrecruzam-se aí, numa espécie de triangulação, a ideia de realidade, associada a questões que envolvem o sujeito e a linguagem. (BERGER E TAVARES, 2009, p.4).

Benetti (2009), ao tratar do “jornalismo como acontecimento”, ressalta que uma das particularidades do jornalismo, que é compartilhada com a história, é que ele trata substancialmente de acontecimentos.

Sua matéria-prima são acontecimentos, sua prática inclui a percepção de fenômenos e a construção discursiva de acontecimentos. Assim, o termo acontecimento adquire dois estatutos no jornalismo: um, no ambiente da produção de sentidos enquanto um gênero de discurso definido; outro, no ambiente dos procedimentos que identificam os fenômenos capazes de ocupar o lugar de acontecimento jornalístico. (BENETTI, 2009, p.9).

Com base nisso, a autora avalia que o jornalismo enquanto acontecimento pode ser encontrado em algumas situações, tais como: 1) ao tratar de fenômenos capazes de gerar a sensação de experiência compartilhada; 2) ao organizar a experiência temporal do homem; 3) ao produzir uma ideia de consenso. Ao citar casos emblemáticos de acontecimentos jornalísticos, tais como as mortes de Tancredo Neves, Ayrton Senna e da Princesa Diana, a autora avalia que o jornalismo reconhece a potencialidade histórica dessas ocorrências e dimensiona seus procedimentos de cobertura e análise segundo esta marcação temporal. Segundo Benetti, são acontecimentos com grande poder de agenciamento de sentidos. Fundamentada em Quéré, a autora destaca que:

O acontecimento “faz aparecer a dimensão do passado” porque obriga o sujeito a buscar explicações, a considerar as condições que possibilitaram a emergência daquele fenômeno, talvez a incluir esses novos conhecimentos sobre um mundo diverso, e que até então não lhe parecia possível, na ordem de seu próprio mundo cotidiano. Este tipo de acontecimento complexo, que revira conceitos e valores, é percebido e reconstruído pelo jornalismo como algo especial, que merece ser tratado de forma complexa. (BENETTI, 2009, p.12).

Este acontecimento complexo, que revira conceitos e valores, revela uma força, um poder inerente ao discurso jornalístico. De acordo com a autora, o grande poder do

discurso jornalístico está naquilo que se repete, tendo a capacidade de definir como é o mundo, quais são os valores contemporâneos e sobre como agir neste mundo narrado.

Os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta mesma sociedade. Neste caso, o jornalismo pode ser compreendido como acontecimento, pois através dele é possível avaliar o sistema de valores hegemônico. [...] O jornalismo é acontecimento, quando pode ser tomado como índice de um presente social, do imaginário que une os homens em uma rede comum de questões existenciais, como índice de uma época e dos valores hegemônicos desta época. O jornalismo é acontecimento, por si, quando ocupa este lugar único na organização e compreensão da vida cotidiana, quando escreve parte da história e quando adquire o estatuto de objeto de investigação científica. (BENNETTI, 2009, p.14-16).

Antunes (2008) assevera que a forma do discurso informativo da atualidade é essencialmente o acontecimento. Em seguida, partindo das ideias do filósofo Paul Ricouer, o autor defende que o acontecimento, por meio da narrativa, pode ser associado a uma ideia de construção. “A narrativa, ao compor eventos, motivos, atores, produz um relato que representa o acontecimento jornalístico em uma dada configuração temporal que agencia ação e interpretação”. (Antunes, 2008, p.2). Com isso, o autor destaca, seguindo Arquembourg (1996), que a descrição de um acontecimento

não se fecha no tempo da sua emergência, pois, poderá haver outras perspectivas que atravessam esse acontecimento como “linhas de fuga abertas sobre o passado ou o futuro”.

Conforme Antunes (2008), seguindo a linha de Charaudeau (2006), existem critérios externos que definem o “modo de aparição do acontecimento”. Três são esses critérios: o primeiro se refere ao acontecimento que tem o surgimento marcado pela sua factualidade, tendo, por isso, um caráter inesperado; o segundo seria o acontecimento programado, que é suscitado a partir de um sistema de expectativas que organiza o desenvolvimento da vida social; por fim, o autor destaca que o acontecimento pode ser provocado por um campo social diferente do domínio das mídias. Esse cenário indica, conforme Antunes, uma concepção fortemente engendrada nos discursos dos meios de comunicação, assim como já foi destacado por Benetti (2009), de que o acontecimento seria percebido apenas como ruptura, e conseqüente surgimento de algo novo. No entanto, para Antunes, o acontecimento jornalístico pode trabalhar com uma concepção oposta a da ruptura.

Ocorre, assim, que o jornalismo também opera exatamente em direção oposta a essa ideia de ruptura, promovendo a integração do “novo” às categorias do já existente, como construído pelo sistema de informação e pela própria experiência social. Há, pois, uma figuração dos acontecimentos com base em uma estrutura arquetípica, há um padrão que retém alguns acontecimentos e despreza outros, os

fatos visam os acontecimentos procurando de certa maneira estabilizá-los. (ANTUNES, 2008, p.4).

O que o jornalismo faz é expor um acontecimento num processo que Antunes, na esteira de Charaudeau, chama de “*processo evenemencial*”. Nesse ponto, a provável desordem causada pelo acontecimento e sua imprevisibilidade são contextualizadas em uma espécie de “mundo significado”.

À percepção de algo que perturba uma ordem opõe-se, pelo relato jornalístico, um enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes. O acontecimento funciona, pois, como uma ocorrência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em acontecimentos jornalísticos. (ANTUNES, 2008, p.4).

Com isso, o acontecimento jornalístico, ao contrário de ser caracterizado apenas pela ruptura, pode ser considerado como “a produção de um ponto rítmico na temporalidade cotidiana”, como assevera Sodré:

O acontecimento jornalístico é a pontuação rítmica do fato. Este último é “pontuado” pelo código de produção da informação pública, não por motivo de ruptura do ordenamento do cotidiano, e sim pelo valor rítmico que o próprio sistema de informação atribui ao fato, de acordo com a intensidade de sua marcação, ou seja, de acordo com o que o jornalismo supõe que haja nele, ao mesmo tempo, de mais singular e de maior possibilidade de vinculação com todos nós. Isto equivale a dizer que o fato não é necessariamente “pontual” em si mesmo,

já que pode ser maior (ou menor) do que o acontecimento, tanto de modo a permitir o desdobramento temporal da notícia (a suíte ou sequência de notícias), quanto para instalar a possibilidade da demonstração das causas e efeitos da ocorrência [...]. Todo e qualquer fato tornado acontecimento pelo jornalismo implica uma pontuação rítmica, pouco importando se o acontecimento se deu no passado ou no presente contínuo. (SODRÉ, 2006, *apud*, ANTUNES, 2008, p.5).

Em relação ao acontecimento social, Antunes destaca que ele pode ser tanto o ponto final de um determinado processo, como pode ser o ponto inaugural de outro processo. Em relação à perspectiva do acontecimento como ponto final, o autor destaca o pensamento de Quéré no momento em que esse autor afirma:

Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidas pelo contexto. Além disso, aparece fechado quando concluído. É inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Não o transborda. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois. (QUÉRÉ, 2005, *apud* ANTUNES, 2008, p. 17).

De outro lado, na perspectiva do acontecimento enquanto ponto inaugural de um determinado processo, o autor novamente cita Quéré para destacar que:

Espacialmente, porque os seus efeitos podem estender-se a lugares muito distantes daquele em que ocorreu. Temporalmente, porque se alonga para o futuro e para o passado. Para o futuro, porque é só posteriormente, com um certo atraso, via os efeitos produzidos, as consequências, as situações criadas e reveladas, as respostas suscitadas que ele pode ser verdadeiramente compreendido. Para o passado, porque, para além de que só emerge graças ao acontecimento, este permite descobri-lo sob um novo dia, devido ao ponto de vista inédito que fornece e aos recursos interpretativos que transporta. Por isso, o acontecimento não se produz somente no tempo: ele dá também “o tempo a ver-se” (QUÉRÉ, 2005, *apud* ANTUNES, 2008, p. 17).

Por fim, o autor conclui assegurando que na forma de abordagem jornalística o acontecimento não está apenas no tempo, num desenrolar histórico que lhe é exterior, mas o tempo é construído no acontecimento, na duração de determinado acontecimento:

É nesse sentido que Sodré (1996, p.138) aponta que no caso do jornalismo “não há exatamente ruptura e sim ponto rítmico na temporalidade cotidiana. Esta é a natureza do “acontecimento noticioso”. A temporalidade é uma espécie de “harmonia”, no sentido musical, do acontecimento; uma das suas formas de arranjo, de se constituir como estrutura ordenada, de ritmar o acontecimento. Sem tal “har-

monia” não há como a enunciação jornalística dar visibilidade a diferentes eventos ou acontecimentos da vida social, arrancando-lhes de uma prática cotidiana e ordinária para luzir sob uma forma do extra-ordinário da notícia. (ANTUNES, 2008, p.18).

Acreditamos que as perspectivas aqui expostas sobre o acontecimento e, sobretudo, sobre o acontecimento jornalístico nos mostram o quanto pode ser complexo uma única e decisiva definição desse fenômeno. A nossa intensão em expô-las se deu justamente para que o acontecimento possa ser problematizado. No entanto, a importância de pensar o acontecimento social, diretamente ligado ao acontecimento jornalístico como alguns dos autores acima citados afirmam é de suma importância para podermos compreender a relação do jornalismo com a história.

O Jornalismo como história imediata

A atividade jornalística, embora não seja uma pesquisa histórica, carrega consigo uma carga muito forte de historicidade. No entanto, os pressupostos de que as notícias e as reportagens carregam consigo a história daquele instante, é contestado por Charaudeau, ideia que é contraposta por Antunes (2007; 2008).

A ideia principal é que, por meio da construção do acontecimento, o jornalismo apresenta ou formula uma forma histórica de observar, de entender e de relatar deter-

minado acontecimento. É nesse sentido que procuramos, nesta seção, apresentar o conceito de história imediata a partir de Lacouture (2001) e Vicente (2009), Chauveau e Tétarart (1999), e debater a historicidade do jornalismo com base em Antunes (2007; 2008), asseverando a possibilidade de a história imediata ser a forma de historicidade do jornalismo.

Em relação ao conceito de história imediata, de acordo com Lacouture (2001), essa forma de fazer história não pode ser colocada em um determinado enquadramento específico. A história imediata se caracteriza substancialmente por ser construída num cenário em que há uma proximidade muito grande entre a redação da obra e o tema tratado, além de uma proximidade material do autor com aquilo que está sendo narrado ou estudado.

As características principais desse tipo de história são: ser próxima, participante e ao mesmo tempo rápida na sua execução. Ela também deve ser produzida por um ator ou uma testemunha muito próxima do fato, da decisão que está sendo analisada. Com isso, o autor salienta que os lugares privilegiados da realização da história imediata seriam os meios de comunicação de massa. É importante ressaltar que neste projeto não se está falando de história enquanto conhecimento produzido pela ciência historiográfica, mas como registro de acontecimentos ainda em andamento. A principal contribuição da história imediata está no fato de

possibilitar que os atores ou observadores muito próximos do acontecimento possam relatar a própria história.

Também é preciso lembrar que essa fórmula de “história imediata” não tende apenas a encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação, mas também dar a palavra aos que foram atores dessa história. Ela não apenas aspira à rapidez dos reflexos. Ela quer se elaborar a partir desses arquivos vivos que são os homens (LACOUTURE, 2001, p.217).

Lacouture traz dois exemplos que podem ser considerados emblemáticos da realização dessa forma de história. O primeiro se refere ao clássico *História da Revolução Russa* de Leon Trotsky, em que o autor foi um dos principais protagonistas do acontecimento, vivendo e contribuindo para a criação dos fatos. O segundo exemplo é o famoso caso de Watergate nos Estados Unidos.

Lacouture enfatiza a característica da história imediata de ser a história de seu tempo impulsionada pelos meios de comunicação. Para o autor:

A história imediata não é uma futilidade de nosso século (XX). É uma secreção e uma projeção. O que caracteriza o mundo convulsionado e comunicante em que vivemos não é apenas o fato de que toda a crise nos deixa em palpos de aranha, seja ela provada pela criação de uma “mochar” israelense em Golan, pelo desastre de automóvel de um Emir na costa dos Piratas ou por uma greve na Cracóvia, e de que essa crise pode, a qualquer momento, sub-

verter nossa vida, deter o processo de produção ou condenar ao frio nações inteiras, mas sim que esses acontecimentos sejam logo levados a conhecimento da opinião pública afligindo-a, projetando-a na angústia. É essa imediação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima (LACOUTURE, 2001, p.238).

De acordo com Vicente (2009), a história imediata parte da constatação de que frequentemente temos um número maior de acontecimentos que são presenciados instantaneamente por milhões de pessoas:

Na história imediata, os fatos estão ocorrendo, não tiveram um desfecho final. Em função dessa situação, a história imediata se alimenta com a proximidade temporal e material do autor em relação ao seu objeto de estudo. Além disso, a história imediata é próxima, participativa e rápida na sua execução, pois acaba sendo elaborada por alguém que presenciou e analisou o caso estudado. Essa peculiaridade tornou os *mass media* o veículo privilegiado para divulgar a história imediata, iniciando-se uma relação que passou da forma para o conteúdo, ou seja, os *mass media* acabariam divulgando resultados de historiadores identificados com a história imediata (VICENTE, 2009, p.78).

Essa constatação de que a história imediata trabalha com fatos ainda em processo faz com que Vicente (2009) destaque que um dos pontos mais emblemáticos com os quais se defronta essa forma de história diz respeito ao fato

de o pesquisador ou narrador não conhecer o desfecho dos acontecimentos. Segundo o autor, o historiador-repórter aborda uma determinada situação, tendo a necessidade de chegar a um desenlace final. Entretanto, esse desenlace é sempre provisório, pois com o fato inacabado podem acontecer desfechos muito diferenciados, até mesmo inusitados e inimagináveis no momento em que o fato está sendo relatado. A história imediata é um ramo que destaca a simultaneidade dos processos.

Desse ponto de vista, os meios de comunicação, podem ser caracterizados como locais onde se manifestam os cenários dos acontecimentos daquele instante, fazendo assim uma história imediata. É possível dizer, na linha de Chauveau e Tétart (1999) que o jornalismo é o grande potencializador da história imediata:

De certa maneira, ela (a história imediata) é filha da imprensa. De fato, foram a pressão jornalística e a demanda social conjugadas que impuseram o princípio da história imediata a partir dos anos 1950. [...] O procedimento da história imediata é mais parecido com as técnicas jornalísticas do que com as da ciência histórica. Os fatores conjugados que lhe deram nascimento não resultam, em primeiro lugar, do princípio inicial da história: o recuo, o desprendimento com relação ao fato (CHAUVEAU e TÉTART, 1999, p.22).

No entanto, consideramos importante destacar que a posição de que o jornalismo possui essa capacidade de

produzir uma forma de história não é consensual. Para Charaudeau (2007), a característica das mídias é essencialmente a-histórica. Este autor sustenta a a-historicidade da notícia ao assegurar que a co-temporalidade do jornalismo não tem qualquer proximidade com a de outros domínios, sobretudo, da história. O argumento de Charaudeau é que na produção do conhecimento histórico a contemporaneidade é mais extensa, inscreve-se no campo do *perene*, do tempo da longa duração.

As mídias têm como tarefa dar conta de acontecimentos que se situam numa co-temporalidade enunciativa. [...] Entretanto, esse caráter de co-temporalidade que define a atualidade midiática não deve ser confundido com o de outros domínios. Na história, por exemplo, o espaço de tempo coberto pela contemporaneidade é muito mais extenso, porque se define a partir da permanência das organizações sociais e dos comportamentos dos povos e das nações, através de seu imaginário social e dos valores simbólicos que o sustentam. [...] a contemporaneidade midiática está no fato de a aparição do acontecimento ser o mais consubstancial possível ao ato da transmissão da notícia e a seu consumo. Eis porque é preferível falar aqui de co-temporalidade em vez de contemporaneidade. A noção de atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ela que guia as escolhas. Isso implica duas características essenciais do discurso de informação midiático: sua *efemeridade* e sua *a-historicidade* (CHARAUDEAU, 2007, p.133-134, grifos do autor).

A notícia, portanto, traria consigo uma superficialidade, uma efemeridade ao retratar o mundo. O caráter de atualidade focado em responder a questão “*o que se passa nesse momento?*” não permitiria que a notícia tivesse uma perspectiva quanto ao passado, ou pudesse fazer uma projeção para o futuro. Segundo Charaudeau:

As mídias nunca podem garantir que o que é relatado traga alguma marca de perenidade. O discurso das mídias se fundamenta no presente de atualidade, e é a partir desse ponto de referência absoluto que elas olham timidamente para ontem e para amanhã, sem poder dizer muita coisa a respeito. Não raro fazem o que o meio profissional chama de *perspectivação*, que não pode trazer, no entanto, explicações históricas. Assim sendo, pode-se dizer que o discurso de informação midiático tem um caráter fundamentalmente *a-histórico* (CHARAUDEAU, 2007, p.133-134).

Neste ponto, Antunes (2007) se coloca numa posição contrária a de Charaudeau, argumentando que distinguir a notícia da história não implica negar-lhe historicidade.

Como diz Tétu (2003), a interpretação da ação relatada na notícia supõe o acionamento de formas culturais “tomadas de empréstimo” à história. A questão seria pensar qual a relação da notícia com a historicidade. Se condenamos a notícia pela sua falta de duração, por se constituir em um evento que existe para substituir outro evento noticioso numa deriva sem fim, talvez fosse importante lembrar que o transitório e o descontínuo compõem toda duração histórica (ANTUNES, 2007, p.34).

O autor ressalta que a notícia não trata, de fato, de uma retrospectiva de acontecimentos históricos, mas “orienta sua co-temporalidade entre acontecimento e circulação do acontecimento, não os privando e sim os orientando por linhas de fuga que figuram representações de passado e futuro” (ANTUNES, 2007, p.35).

Consideramos importante a referência de Charaudeau (2007) em relação à dinâmica da atividade jornalística, calcada, sobretudo, na atualidade. No entanto, concordamos com Antunes (2007) quanto à questão de que a atualidade do jornalismo não o afasta de uma produção histórica. Acreditamos, com base em Nora (1977), Lacouture (2001), Vicente (2009) e Chauveau e Tétarart (1999) que a duração histórica que está contida na notícia é o imediato e é nesse sentido, que defendemos a relação da história com o jornalismo e mais do que isso, a historicidade da prática jornalística.

Isso possibilita, na relação do campo da comunicação com o da história, apontar a possibilidade de que o jornalismo, ao descrever uma determinada realidade, possa vir a se tornar uma fonte privilegiada para pesquisadores produzirem conhecimento do ponto de vista da ciência historiográfica. Portanto, antes de ser antagônica ou completamente distinta, a produção jornalística pode ser considerada complementar à produção da ciência historiográfica.

Considerações Finais

Neste artigo nossa principal intenção foi trabalhar no âmbito da teoria do “acontecimento” procurando delinear num primeiro momento a relação do jornalismo com o acontecimento e a própria constituição do jornalismo como um acontecimento. Também buscamos apontar indícios de que o jornalismo, ao contrário de ser pensado como a-histórico ou como antagônico à produção do conhecimento histórico, tem pontos importantes de confluência com o campo histórico, podendo ser considerado como uma história imediata, na medida em que registra o acontecimento no exato momento de seu surgimento e ao longo de seu desenvolvimento imediato.

Nesse sentido, concordamos com Vicente (2009) que destaca que tanto a narrativa histórica como aquela realizada pelo jornalismo parte de acontecimentos considerados marcantes por terem repercussão social. A função tanto do jornalista, assim como a do historiador é buscar explicações fundamentadas, coerentes e contextualizadas para serem apresentadas à sociedade. Nessa trajetória de reconstituição e constituição da realidade, estão materializadas as semelhanças, diferenças e complementaridades entre as duas formas de narrativas.

Por fim, é importante destacar que a proposição feita neste artigo da existência de uma relação entre jornalismo

e história não deve ser entendida por um lado como algo definido e fechado, mas sim como uma proposição aberta para a discussão e à problematização de ambas as áreas. Por outro lado, não deve ser considerada como algo menos importante no que tange ao pensamento sobre a produção do jornalismo e da comunicação em âmbito geral.

A importância se dá justamente no fato de que o jornalismo, enquanto capaz de *fazer história*, pode contribuir não apenas na publicização dos acontecimentos, mas na construção de um entendimento mais detalhado destes episódios. A suposição da relação entre jornalismo e história busca muito mais do que certezas, uma abertura para a discussão da relação destas duas áreas que possuem sua importância marcada pela busca em dar visibilidade e contextualização dos acontecimentos sejam eles de um passado mais distante ou de um presente ainda em processo.

Referências

ANTUNES, Elton. Temporalidade e produção do Acontecimento jornalístico. *Revista Em Questão*, v. 13, n. 1, p. 25-40.

_____. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. *Revista Contemporânea*, v. 6, n. 1, p. 1-21.

AGUIAR, Leonel; BARONI, Alice. O Acontecimento e o Sensacional no Jornalismo. *Estudos em Comunicação*, v. 5, p. 135-149.

BENETTI, Marica. 2009. O jornalismo como acontecimento. In:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., São Paulo, Anais SBPJor..., p. 1-17, 2009.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., São Paulo, Anais SBPJor..., 2009, p. 1-16.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 327-348.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. A História Nova. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 215-240.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. Revista eletrônica E-compós, v.1, p.1-26, [s.d].

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques. Fazer História 1: novos problemas. São Paulo, Bertrand, p. 243-262, 1977.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993. p. 27-33.

Vicente, Maximiliano Martin. História e comunicação na ordem internacional. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 217 p.